



SinTUFABC

Sindicato dos Trabalhadores das
Universidades Federais do ABC

CARTA DA CATEGORIA TAE ÀS CHAPAS REITORÁVEIS

UFABC 2026-2030

recebido em _____ por _____

SUMÁRIO

CARTA ÀS CHAPAS REITORÁVEIS

EIXO 1 – UFABC MAIS TRANSPARENTE: PÚBLICA, GRATUITA, DEMOCRÁTICA E POPULAR

Compromisso democrático e eleitoral

Gestão orçamentária e organizacional

Fundações e parcerias privadas

EIXO 2 – SAÚDE, SEGURANÇA NO TRABALHO E QUALIDADE DE VIDA: PELO BEM-VIVER NA UFABC

Promoção do bem-viver, cultura, esporte e diversidade

Saúde integral e saúde mental

Segurança e convivência

Alimentação e restaurantes universitários

EIXO 3 – CARREIRA, JORNADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Carreira TAE e concursos

Jornada de trabalho, PGD e teletrabalho

Capacitação e qualificação

Gestão do trabalho, competências e valorização intergeracional

EIXO 4 – PELO TRABALHO DECENTE E PELO FIM DA TERCEIRIZAÇÃO

Condições de trabalho e dignidade laboral

EIXO 5 – COMBATE ÀS OPRESSÕES E AOS DESASTRES CAPITALISTAS

Políticas de inclusão e diversidade

Maternidade, parentalidade, grupos vulneráveis e combate ao assédio

EIXO 6 – CONSTRUIR E ORGANIZAR A LUTA: DEFESA IRRESTRITA DO DIREITO DE GREVE E DA LIBERDADE SINDICAL

Direitos sindicais e direito de greve

Negociação coletiva e organização sindical

RESUMO DOS PONTOS

Carta às chapas reitoráveis

O documento que submetemos à apreciação das pessoas candidatas à Reitoria da UFABC apresenta o resultado de debates e da valiosa contribuição das pessoas técnico-administrativas.

Construídas ao longo de muitas mobilizações anteriores e amadurecidas na greve de 2024, **fazem um diagnóstico institucional que evidencia entraves históricos** e aponta caminhos que podem nos aproximar do projeto de universidade que almejamos.

Do contexto local

Um dos aspectos centrais desta carta é a **urgente superação da hierarquização simbólica entre categorias da universidade**, ainda uma marca amarga da cultura institucional da UFABC. Este comportamento compromete a capacidade da universidade de formular políticas mais eficazes e integradas, pois **não há universidade de excelência sem o reconhecimento do papel estratégico das pessoas TAEs no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão pública**. Não haverá crescimento institucional sem a horizontalização dos debates, o respeito às diferenças entre funções, saberes e trajetórias, e sem a ampliação real da participação da comunidade TAE nos espaços de decisão.

A despeito da paridade formal na consulta entre discentes, docentes e TAEs, **a universidade permanece marcada por profundas assimetrias e pela falta de garantias que assegurem a participação efetiva das pessoas que a constroem cotidianamente**.

Do contexto nacional

As universidades federais no Brasil atravessam uma profunda crise material e política. A crescente dependência de emendas parlamentares individuais, em detrimento de um orçamento baseado em planejamento estratégico e em políticas públicas de Estado, intensifica o projeto de desmonte das instituições de ensino superior. O corte orçamentário ratificado pelo Congresso Nacional através da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 restringe ainda mais severamente a continuidade das ações desenvolvidas pelas universidades.

Após uma década sem greves nacionais na educação federal, **em 2024 as servidoras e os servidores técnico-administrativos da educação empreenderam uma vigorosa greve**, da qual resultou um entendimento atualizado sobre nossas carreiras e salários.

Embora não atendesse plenamente à necessária reposição salarial, **o pacto logrou avanços em pautas políticas e de carreira cruciais para a categoria**, tais como o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), a jornada de 30 horas para todos os cargos e sem redução salarial, o reposicionamento das pessoas aposentadas no PCCTAE, dentre outros pontos que, contudo, **não estão sendo cumpridos pelo governo federal**.

Somando-se a esse cenário, tramita no Congresso uma proposta de reforma administrativa que, respaldada por entidades empresariais, retoma o projeto de desestruturação dos serviços públicos no Brasil e precariza as atividades-fim das universidades federais.

Ainda no final de 2025, fomos surpreendidos por um ataque por parte do atual governo, que apresentou o Projeto de Lei 6170/2025. Essa medida prejudica, entre outros pontos, as pessoas servidoras em estágio probatório e as aposentadas, convertendo um direito conquistado e construído em conjunto com a Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC/MEC) em mera barganha fiscal, envolta em burocracias que impossibilitam o acesso da categoria ao seu direito.

Diante desse quadro, a categoria TAE tem se mobilizado de forma contínua e resoluta pela efetivação de seus direitos. **As atuais mobilizações visam combater o desmonte liberal da educação, promovido nos anos recentes e perpetuado sob o atual governo.** Apesar das promessas de campanha que anunciavam a retomada dos investimentos na área, não se observa a materialização concreta de tal proposta.

Salários defasados, ausência de projetos que valorizem e reconheçam o trabalho técnico-administrativo em educação desmotivam os quadros de técnicos. Como consequência, constatamos um elevado índice de evasão profissional, sofrimento mental e adoecimento no ambiente de trabalho.

A despeito da paridade formal na consulta entre discentes, docentes e TAEs, **a universidade permanece marcada por assimetrias e pela falta de garantias democráticas que assegurem a participação das pessoas que a constroem cotidianamente.**

Desejamos **uma gestão que atue publica e politicamente para garantir condições dignas de trabalho**, valorização e respeito a todas as categorias de pessoas trabalhadoras da UFABC.

Democracia universitária não pode ser apenas um princípio retórico: ela exige práticas concretas, escuta qualificada e corresponsabilização. Precisamos de uma universidade comprometida, de forma intransigente, com os princípios da educação pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada e democraticamente gestada. Para que a Universidade cumpra sua missão histórica de formular o futuro, **é preciso disputar, no tempo presente, o projeto universitário que desejamos erguer.**

Assim, este material deve ser lido **como um convite ao diálogo, mas também um chamado à responsabilidade.** A construção de uma UFABC mais justa, democrática e forte passa, necessariamente, pela ruptura com lógicas neoliberais e pela afirmação de um projeto universitário verdadeiramente coletivo.

Por uma UFABC pública, gratuita, democrática e popular!

Santo André, 27 de janeiro de 2026.

EIXO 1

**UFABC MAIS TRANSPARENTE, PÚBLICA,
GRATUITA, DEMOCRÁTICA E POPULAR**

Compromisso democrático e eleitoral

01

Compromisso com a manutenção do caráter público, gratuito, democrático e popular da UFABC.

02

Melhora dos mecanismos democráticos e reforço do caráter popular da universidade, com uma política de inclusão e permanência que responda às reais demandas da sociedade.

03

Compromisso de que a candidatura não se inscreva no colégio eleitoral (aprovação do ConsUni) caso não seja a mais votada no resultado final da pesquisa de opinião não vinculante.

04

Manifestação pública de apoio à paridade das categorias nos conselhos da UFABC, tais como ocorre nos Institutos Federais e na UFPEL.

05

Extinção dos votos dos conselheiros natos nos Conselhos da UFABC.

06

Escolha de dirigentes realizada com participação da comunidade acadêmica e a partir de critérios técnicos publicizados.

07

Realização de mais audiências públicas para debater os temas centrais da UFABC, como sustentabilidade, uso dos espaços etc.



Gestão orçamentária e organizacional

08

Orçamento participativo construído com amplo debate na comunidade da UFABC.

09

Estabelecer ferramentas didáticas e transparentes, tais como dashboard, para o acompanhamento, em tempo real, da execução orçamentária da UFABC.

10

Imediata criação do Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas, previsto na Portaria 546/2014, Art.6, que aprova a participação de TAEs nas decisões relativas à carreira, benefícios e gestão de pessoas da categoria.

11

Proposta e implementação de uma reorganização da estrutura da UFABC, incluindo estatuto e regimentos, construída de forma participativa, com envolvimento equânime da comunidade em todas as etapas do processo

12

Proposta e implementação de mecanismos de transparência e melhorias nas remoções internas na UFABC, priorizando o interesse público e desenvolvimento profissional das pessoas servidoras.

13

Transparência, democracia e critérios de competência na distribuição de CDs e FGs, em consonância com a reestruturação das carreiras e da reorganização institucional indicada no item 11.

14

Instituir um programa permanente de desburocratização, para simplificar fluxos, eliminar redundâncias e ampliar a eficiência das ações administrativas.

15

Participação democrática das categorias e ampla discussão no estabelecimento de todos os fluxos e procedimentos da UFABC.



Gestão orçamentária e organizacional

16

Aprimoramento constante e democratização das políticas de gestão de pessoas.

17

Implementação de indicadores que permitam mensurar, de forma objetiva, a eficiência das ações da UFABC.

18

Criação de um programa permanente de registro histórico da UFABC, valorizando os saberes técnicos e acadêmicos e a memória institucional.



Fundações e parcerias privadas

19

Consulta pública prévia como condição para qualquer proposta de criação de Fundação de Apoio à UFABC levada ao ConsUni.

20

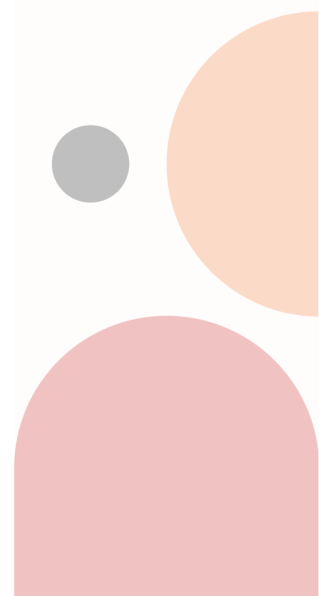
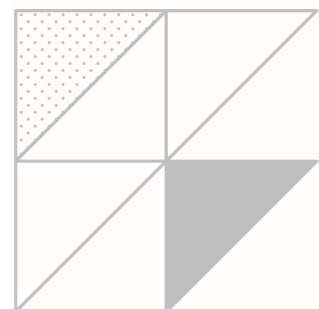
Debate amplo com a comunidade sobre convênios com empresas privadas, assegurando que as pesquisas não tenham caráter mercadológico e que seus resultados, incluindo patentes, estejam a serviço do uso social e do bem público.

21

Coibição de contratações que aprofundem a desigualdade nas relações de trabalho sob a justificativa da falta de pessoas servidoras para as equipes dos projetos e pesquisas.

22

Compromisso com a soberania digital da UFABC, com estímulo ao uso de softwares livres e tecnologias abertas, evitando dependência excessiva de grandes corporações de tecnologia.



EIXO 2

**SAÚDE, SEGURANÇA NO TRABALHO E QUALIDADE
DE VIDA: PELO BEM-VIVER NA UFABC**

Qualidade de vida

23

Fomento, apoio e organização de ações que promovam o bem-viver, o esporte, a cultura e a diversidade.

24

Reabertura da Enfermaria da UFABC com todas as condições necessárias ao seu pleno funcionamento e atendimento à comunidade interna.

25

Prestação de acompanhamento psicossocial à comunidade trabalhadora da UFABC (TAEs, docentes e pessoas trabalhadoras das empresas contratadas pela UFABC), exigindo a contratação imediata de profissionais da psicologia para acompanhamento e ações de prevenção e promoção à saúde.

26

Revisão, em parceria com a categoria TAE, dos modos de comunicação, procedimentos e orientações relacionados à saúde mental.

27

Instaurar novo processo de contratação de plano de saúde coletiva para as pessoas servidoras da UFABC, possibilitando novas opções com mensalidades mais baixas e serviço de qualidade.



Qualidade de vida

28

Compromisso em atuar publicamente pelo reajuste do auxílio-saúde e pela saúde pública gratuita, universal e de qualidade.

29

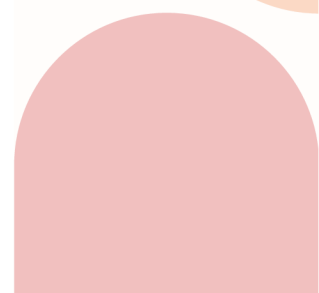
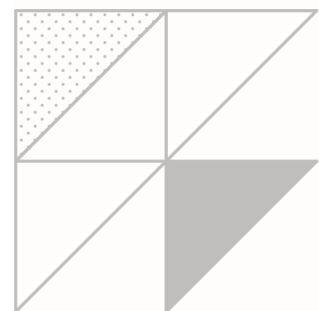
Garantia de que todas as pessoas trabalhadoras da UFABC recebam EPI adequado e capacitação para seu uso correto, e de que não trabalhem sem a utilização destes equipamentos.

30

Compromisso com o direito à desconexão, respeitando a carga horária laboral e combatendo a sobrecarga mental das pessoas servidoras.

31

Contratação imediata de profissional bombeiro civil para prestação de primeiros socorros, atendimento a emergências, combate a incêndios e inspeção de equipamentos.



Segurança e convivência

32

Construção de uma política institucional de segurança que torne a UFABC mais receptiva à comunidade interna e externa.

33

Fomento, apoio e organização de ações que promovam o enfrentamento às origens estruturais da violência e que atualizem o conceito de segurança nos campi, priorizando uma abordagem inclusiva e preventiva.

34

Fomento, apoio e organização de ações de esporte, cultura e lazer para promover a integração entre a comunidade da UFABC.

35

Fomento à criação de espaços de convivência, em ambos os campi, como forma de fortalecer as relações entre a comunidade UFABC.



Alimentação e RUs

36

Garantia da prática de preço diferenciado, nos Restaurantes Universitários, para pessoas servidoras, pessoas trabalhadoras das empresas contratadas pela UFABC e crianças até doze anos.

37

Construção de uma política alimentar, nos Restaurantes Universitários da UFABC, que valorize a agricultura familiar e o consumo de alimentos agroecológicos e orgânicos.

38

Adoção de melhores práticas voltadas à redução dos impactos da operação dos Restaurantes Universitários da UFABC.

39

Redução do custo das refeições dos Restaurantes Universitários da UFABC.

40

Pelo fim da gestão privada dos Restaurantes Universitários da UFABC, com base no Relatório do Grupo de Trabalho para discussão de modelos de gestão para o Restaurante Universitário (Portaria REIT-146/2017).



EIXO 3

**CARREIRA, JORNADA DE TRABALHO E
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL**

Carreira TAE e concursos

41

Manutenção e valorização do PCCTAE: contra o PL 6170/2025 e em defesa do plano de carreira.

42

Compromisso público na luta por novos concursos públicos para todos os cargos na UFABC.

43

Participação nas mobilizações nacionais em defesa da ampliação de vagas TAE nas IFES e recriação de cargos extintos, mas essenciais, como intérpretes de Libras, profissionais de segurança, limpeza, manutenção etc.

44

Garantia de transparência e equidade em todas as etapas do PGD, assegurando o cumprimento de seus princípios e das normativas vigentes.

45

Ampliação da jornada de trabalho flexibilizada até a implementação da jornada de 30h, sem redução salarial, para toda a categoria.

46

Implementação de auxílio financeiro, fornecimento de mobiliário e de equipamentos para o exercício do teletrabalho.



Capacitação e qualificação

47

Elaboração e implementação do Plano de Capacitação e Qualificação TAEs, com políticas de incentivo que abranjam cursos de outras IFES e instituições privadas.

48

Isonomia na concessão de afastamentos e licenças para realização de cursos de capacitação e qualificação.

49

Isonomia e garantia da redução de jornada, sem redução de salários, para todas as pessoas TAEs que estejam cursando graduação ou pós-graduação stricto ou lato sensu.

50

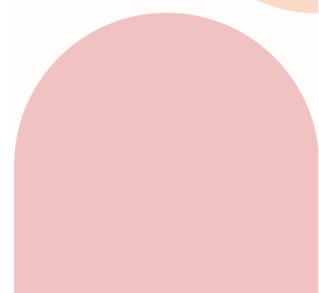
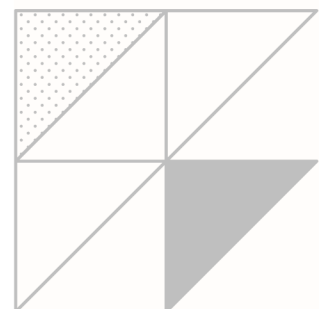
Novas ofertas da Especialização em Gestão Pública e criação do Mestrado Profissional da UFABC, com reserva de vagas para TAEs.

51

Estabelecer mecanismos concretos de reserva de vagas ou editais específicos para a inserção de TAEs nos programas de pós-graduação da UFABC, reconhecendo a pessoa servidora como produtora de conhecimento e agente de inovação institucional.

52

Incentivo à participação em cursos e eventos externos financiados pela universidade.



Capacitação e qualificação

53

Realização do mapeamento da força de trabalho e das competências da UFABC.

54

Criação de uma política de valorização das pessoas aposentadas, instituindo processos de transição para a aposentadoria e de manutenção do vínculo com a UFABC.

55

Criação de uma política de combate ao etarismo, com ações de valorização e atualização destinadas a pessoas servidoras com idade superior a 60 anos.



EIXO 4

PELO TRABALHO DECENTE E PELO FIM DA
TERCEIRIZAÇÃO

Condições de trabalho e dignidade laboral

56

Manifestação de apoio público e constante às lutas das pessoas trabalhadoras das empresas contratadas pela UFABC e à promoção da dignidade no trabalho.

57

Coibir os atrasos salariais e de benefícios pagos às pessoas trabalhadoras das empresas contratadas pela UFABC.

58

Compromisso com o fim da terceirização em novos setores da UFABC.

59

Compromisso com a dignidade de condições laborais (ambientais e administrativas) das pessoas trabalhadoras das empresas contratadas pela UFABC.

60

Cumprimento das orientações para a Promoção do Trabalho Decente (conforme determina a Organização Internacional do Trabalho).

61

Compromisso com o combate à contratação de pessoas trabalhadoras em vínculos temporários e precários, incluindo a vedação de sua utilização como forma de substituição de pessoas servidoras em greve.



Condições de trabalho e dignidade laboral

62

Manifestação pública e permanente contra a terceirização no serviço público.

63

Compromisso com a revisão democrática, e com ampla participação da categoria TAE, da proposta que delimita atividades exclusivas do corpo docente.

64

Manutenção do auxílio transporte para toda a categoria TAE, sem distinção do modal utilizado para o deslocamento ao trabalho.



EIXO 5

**COMBATE ÀS OPRESSÕES E AOS DESASTRES
CAPITALISTAS**

Políticas de inclusão e diversidade

65

Criação da política de acessibilidade da UFABC, que torne a universidade mais inclusiva, tanto fisicamente quanto administrativamente, para as PCDs.

66

Compromisso com a obrigação da formação em equidade de gênero para a ocupação de cargos de dirigentes, prevista na Política de Diversidade Sexual e de Gênero.

67

Implementação de metas rigorosas de redução de resíduos, eficiência energética e substituição de combustíveis fósseis na frota da universidade, com foco em uma "UFABC Lixo Zero".

68

Promoção de ciclos de formação contínuos, para toda a comunidade, sobre equidade, capacitismo, LGBTQIA+fobia, interseccionalidade, opressões de classe e violência de gênero e raça.

69

Aumento da representação de mulheres, pessoas não binárias, trans, negras e indígenas nos quadros da UFABC e, especialmente, em cargos de direção e FGs.

70

Utilização do mapeamento de competências para investigar possíveis discriminações na atribuição de atividades e nas condições de trabalho.

71

Diagnóstico, via mapeamento de competências, da alocação das PCDs, verificando se estão em atividades condizentes com suas potencialidades, e não em funções estigmatizadas.

72

Adoção e prática da comunicação institucional com linguagem acessível, antirracista, anticapacitista e não sexista, conforme rege a Política Nacional de Linguagem Simples.



Parentalidade, grupos vulneráveis e combate ao assédio

73

Elaboração e implementação da Política Institucional de Atendimento a Mães e Pais na UFABC, incluindo a definição de um cronograma para sua execução.

74

Restabelecimento do diálogo com as prefeituras municipais da região para a criação de creches e escolas, ou convênios com instituições de ensino para os filhos de pessoas trabalhadoras e estudantes da UFABC, ampliando a possibilidade para pessoas que não moram na região da UFABC.

75

Implementação de sala de apoio à amamentação à mulher trabalhadora, conforme indicação do Ministério da Saúde.

76

Implementação de medidas para garantir segurança e conciliação da vida laboral e familiar para todas as pessoas trabalhadoras da UFABC.

77

Inclusão, nos contratos de prestação de serviços, de cotas para pessoas negras, mulheres (cis e trans) e pessoas em situação de refúgio, coibindo a segregação por gênero.

78

Inclusão, nos contratos de prestação de serviços, de prioridade no trabalho em turnos diurnos para grupos vulneráveis (mulheres, LGBTQIAP+, pessoas moradoras de periferia etc.), considerando a maior exposição à violência no deslocamento noturno.



Parentalidade, grupos vulneráveis e combate ao assédio

79

Criar uma política de prioridade na mudança para horário diurno para grupos vulneráveis (mulheres, LGBTQIAP+, pessoas moradoras de periferia), considerando a maior exposição à violência no deslocamento noturno.

81

Garantia de flexibilização de horários para responsáveis legais, para amamentação e atendimento a horários escolares.

80

Garantia do retorno seguro da mãe ao trabalho, com flexibilização adequada que preserve a jornada, o salário e a fase de aleitamento exclusivo.

82

Cumprimento efetivo do Plano de Prevenção e Enfrentamento de Assédios e Discriminações da UFABC.



EIXO 6

**CONSTRUIR E ORGANIZAR A LUTA: DEFESA
IRRESTRITA DO DIREITO DE GREVE E DA
LIBERDADE SINDICAL**

Direitos políticos e direito de greve

83

Posicionamento público e constante em defesa do direito irrestrito de greve, contra todo tipo de perseguição, criminalização e repressão a manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional, direcionados por propósitos sociais, ideológicos ou reivindicatórios, em defesa dos direitos fundamentais e da dignidade salarial e laboral ou que demonstram oposição aos poderes políticos vigentes ou às ideologias obscurantistas, reacionárias e autoritárias.

86

Apoio público e constante às atividades do SinTUFABC.

88

Manutenção da liberação das 8h de trabalho das representações setoriais nos dias de atividade sindical.

84

Compromisso público com a liberdade sindical, ao direito de reunião e de manifestação como sinal de liberdade, autonomia e emancipação.

85

Não ao uso arbitrário de sindicâncias, processos administrativos disciplinares, punições e ao corte de ponto em contextos de greve e paralisação.

87

Liberação da categoria TAE para participação em assembleias, congressos e atividades sindicais regionais e da federação.

89

Manutenção da mesa permanente de negociação do SinTUFABC com a Reitoria, com calendário anual divulgado, periodicidade trimestral e cumprimento da agenda de reuniões.



Direitos políticos e direito de greve

90

Posicionamento público e constante contra retrocessos que atinjam as pessoas servidoras da educação e os serviços essenciais.

91

Manifestar-se publicamente contra a Reforma Administrativa e qualquer legislação que remova direitos das pessoas servidoras públicas.

92

Apoio público e constante contra cortes orçamentários nas áreas públicas da educação, saúde e políticas de reparação social.

93

Garantia de espaço físico digno e bem localizado para a sede do sindicato em ambos os campi.

94

Fortalecimento da Ouvidoria e da Corregedoria, com garantias de que a pessoa denunciante não sofrerá retaliações de nenhum tipo.



ÍNDICE

A

Acessibilidade (17)
Alimentação universitária (11)
Assédio moral e sexual (18)
Audiências públicas (2)
Auxílio-transporte (13)

B

Bem-viver (7)
Burocracia administrativa / Desburocratização (4)

C

Capacitação profissional (14)
Carreira TAE (12)
CDs e FGs (5)
Conselhos universitários (2)
Convivência comunitária (7, 10)
Cultura (7)

D

Democracia universitária (1, 2)
Direito à desconexão (9)
Direito de greve (18)
Diversidade (7, 17)

E

EPIs (9)
Equidade de gênero e raça (17)
Etarismo (15)

F

Fundações de apoio (6)
Formação continuada (14)

G

Gestão de pessoas (5)
Greve (16, 18)
Grupos vulneráveis (17)

I

Inclusão social (1, 17)
Indicadores de gestão (3)

J

Jornada de trabalho (9, 13)

L

Lazer (7)

Liberdade sindical (18)

M

Maternidade (17)

Memória institucional (4)

Mesa de negociação (18)

O

Orçamento participativo (3)

Ouvidoria (18)

P

Paridade nos conselhos (2)

PCCTAE (12)

PGD (13)

Plano de saúde (8)

Política de segurança (10)

Pós-graduação para TAEs (14)

R

Reitoria (1)

Restaurantes universitários (11)

S

Saúde integral (8)

Saúde mental (8)

Segurança do trabalho (9)

Sindicância (18)

Soberania digital (6)

Sustentabilidade ambiental (11, 17)

T

Teletrabalho (13)

Terceirização (16)

Trabalho decente (16)

Transparência institucional (3, 6)

RESUMO

RESUMO DOS PONTOS

1. Compromissos democráticos, participação e governança

Reúne os compromissos centrais relacionados à democracia interna, participação da comunidade, escolha de dirigentes e fortalecimento dos espaços deliberativos da UFABC.

Itens contemplados: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 15

2. Orçamento, planejamento, transparência e avaliação institucional

Abrange as pautas que tratam da gestão orçamentária, do planejamento institucional, da transparência administrativa e da criação de instrumentos objetivos de avaliação das ações da universidade.

Itens contemplados: 8, 9, 17

3. Estrutura organizacional, processos administrativos e memória institucional

Reúne as propostas de reorganização institucional, revisão normativa, melhoria dos fluxos administrativos, desburocratização e preservação da memória técnica e histórica da UFABC.

Itens contemplados: 11, 12, 14, 18

4. Gestão de pessoas e valorização da categoria TAE

Inclui as pautas relativas à gestão de pessoas, participação de TAEs nas decisões institucionais, critérios para cargos e funções e aprimoramento das políticas de pessoal.

Itens contemplados: 10, 13, 16

5. Fundações, parcerias privadas e soberania institucional

Concentra as pautas que tratam da relação da UFABC com fundações de apoio, empresas privadas, convênios, uso social do conhecimento e soberania digital.

Itens contemplados: 19, 20, 21, 22

6. Bem-viver, cultura, esporte e convivência

Reúne as propostas voltadas à promoção do bem-viver, da cultura, do esporte, do lazer e do fortalecimento dos vínculos comunitários nos campi.

Itens contemplados: 23, 34, 35

7. Saúde integral, saúde mental e políticas de cuidado

Abrange as pautas relacionadas à saúde física e mental, atendimento psicossocial, enfermagem, plano de saúde e defesa da saúde pública.

Itens contemplados: 24, 25, 26, 27, 28

8. Segurança, condições laborais e direito à desconexão

Reúne os itens que tratam da segurança do trabalho, EPIs, emergências, carga horária, direito à desconexão e prevenção do adoecimento laboral.

Itens contemplados: 29, 30, 31

9. Segurança institucional e convivência nos campi

Concentra as propostas sobre segurança institucional, enfrentamento da violência e construção de ambientes universitários inclusivos e acolhedores.

Itens contemplados: 32, 33

10. Alimentação e Restaurantes Universitários

Abrange integralmente as pautas relacionadas aos Restaurantes Universitários, política alimentar, preços, sustentabilidade e modelo de gestão.

Itens contemplados: 36, 37, 38, 39, 40

11. Carreira TAE, concursos e jornada de trabalho

Reúne as pautas sobre PCCTAE, concursos públicos, PGD, jornada flexibilizada e teletrabalho.

Itens contemplados: 41, 42, 43, 44, 45, 46

12. Capacitação, qualificação e formação continuada

Concentra as propostas de capacitação, afastamentos, pós-graduação, especializações, eventos e reconhecimento de TAEs como pessoas produtoras de conhecimento.

Itens contemplados: 47, 48, 49, 50, 51, 52

13. Gestão e competências

Reúne as pautas relacionadas ao mapeamento da força de trabalho, valorização das pessoas aposentadas e combate ao etarismo.

Itens contemplados: 53, 54, 55

14. Trabalho decente, terceirização e precarização

Abrange as pautas que tratam das condições de trabalho das pessoas trabalhadoras das empresas terceirizadas, combate à precarização, vínculos temporários e defesa de direitos trabalhistas.

Itens contemplados: 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64

15. Inclusão, diversidade, acessibilidade e sustentabilidade

Reúne as políticas de inclusão de PCDs, equidade de gênero e raça, sustentabilidade ambiental, linguagem acessível e combate às discriminações institucionais.

Itens contemplados: 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

16. Maternidade, parentalidade e grupos vulnerabilizados

Abrange as pautas de cuidado, creches, amamentação, segurança, conciliação trabalho-família e proteção de grupos vulneráveis.

Itens contemplados: 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81

17. Enfrentamento ao assédio e às discriminações

Reúne as pautas específicas sobre prevenção, enfrentamento e responsabilização em casos de assédio e discriminação.

Itens contemplados: 82

18. Direitos sindicais, negociação coletiva e defesa dos direitos

Concentra todas as pautas relacionadas ao direito de greve, liberdade sindical, negociação coletiva, combate a retrocessos, cortes orçamentários e fortalecimento institucional do sindicato.

Itens contemplados: 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94